

## ASSEMBLÉIA APROVA INDICATIVO DE VOLTA AO TRABALHO

**Mais de 500 servidores, das principais regiões do Estado, participaram da assembléia geral realizada ontem em Porto Alegre. Eles decidiram acatar o indicativo do Comando Nacional, de retorno ao trabalho. Decidiram, também, que a retomada das atividades se dará a partir desta quinta-feira, 18. No fechamento desta edição, 16 Estados já haviam deliberado pelo término da greve, de 76 dias**

De acordo com o ultimato apresentado pelo governo na sexta-feira, 12, os R\$ 140 milhões disponíveis no Orçamento serão distribuídos nos salários da categoria, sendo 60% na GDASS/GDAP e 40% na GESS. Além disso, ficou indicado um cronograma de reposição dos dias parados em troca do pagamento dos salários, que foram retidos durante a paralisação. Para a Saúde, DRT, Funasa e trabalhadores do Ministério da Previdência, o governo propôs o pagamento da extensão do PCCS, no percentual de 47,11%, com efeitos financeiros a partir de 2006, ao longo de seis anos, totalizando 12 parcelas.

Durante os debates, os participantes da assembléia concordaram que a proposta, além de insuficiente, era uma provocação, já que foi apresentada na forma de ultimato do governo, que lançou mão de ameaças, cortes no ponto e processos administrativos. A cartada decisiva para a desmobilização foi dada no dia 8 de agosto, com a edição da Portaria 233, que suspendeu durante este mês a execução de folha suplementar, ou seja, inviabilizando o pagamento dos salários através das limitações obtidas nos estados.

A maioria dos presentes ressaltou as dificuldades enfrentadas nas negociações, com as sucessivas trocas de ministros e com os espaços da mídia ocupados pelas denúncias de corrupção no governo e no Congresso Nacional, bem como a falta

de interlocutores com o movimento. Por tudo isso, a greve não conseguiu demover o governo. Ao final, a maioria decidiu apoiar o indicativo do Comando Nacional, de aceitação da proposta oficial.

As deliberações das assembléias estaduais foram avaliadas no início da noite de ontem pela Plenária Nacional Permanente, que decidiu pela suspensão. Só RJ e SC optaram por permanecer em greve até sexta-feira.



**A Assembléia da categoria é soberana e decidiu pelo fim da greve**